

Questão Discursiva 03750

Caso concreto para elaboração de decisão:

A lei orçamentária anual de determinado Município autorizou a contratação de despesas para a realização de obras públicas, no respectivo exercício, no valor de R\$ 1.000.000,00, tendo autorizado, igualmente, a contratação de empréstimo externo na ordem de R\$ 1.500.000,00, o que viabilizaria a realização da integralidade das referidas obras.

O empréstimo foi efetivamente contraído, a partir de decisão do Prefeito Municipal, advogado especialista em direito constitucional e financeiro, e as obras públicas empenhadas, contratadas, liquidadas e efetivamente pagas, tudo no mesmo exercício financeiro. Na medida em que, em razão do valor do referido empréstimo, sobejou disponibilidade financeira, o Prefeito Municipal encaminhou projeto de lei à Câmara Municipal solicitando a abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 400.000,00, que seriam destinados ao pagamento de despesas de pessoal, isso em razão de benefícios estatutários instituídos no mesmo exercício financeiro. Em virtude da grande divisão de forças políticas no Poder Legislativo, a Câmara Municipal, composta por nove integrantes, aprovou o projeto com o voto de quatro dos sete vereadores presentes à sessão. Com a sanção e a entrada em vigor da lei, o Prefeito Municipal, em solenidade muito concorrida, deferiu os benefícios requeridos por cada um dos servidores interessados e determinou o respectivo pagamento.

No ano seguinte, observados os prazos previstos na ordem jurídica, o Prefeito Municipal encaminhou, ao Tribunal de Contas competente, as contas correspondentes às despesas descritas na presente narrativa.

Considerando os distintos aspectos jurídicos envolvidos na narrativa, redija a decisão a ser proferida pelo Tribunal de Contas a respeito das contas, devidamente fundamentada, dispensada a elaboração de ementa e relatório. (Responder a questão em, no máximo, 90 linhas)